

Observadores da economia mundial têm ultimamente dado maior atenção ao Brasil. Será que a décima maior economia do mundo terá finalmente condições de sair de mais de uma década de frustração, ou o Plano Real, cujo objetivo é estabilizar a moeda, acabará em confusão e caos?

As condições econômicas do Brasil, hoje, são muito diferentes das do México em meados de 1994. As reservas internacionais são três vezes a base monetária e o déficit em conta corrente está apenas a 2,5% do PIB — pequeno para os padrões internacionais. A probabilidade de uma crise monetária a curto prazo nos moldes mexicanos é extremamente baixa — quase zero.

Durante os últimos 12 meses, no entanto, a maioria das variáveis econômicas apresentou tendências preocupantes: as finanças públicas pouco melhoraram; o crescimento da dívida a curto prazo do setor público parece irreprimível; as taxas de juro reais, embora em declínio, continuam a ser proibitivas; o crescimento real foi negativo durante o primeiro trimestre deste ano; o sistema bancário está cada vez mais frágil; e o nível de desemprego aumentou.

Por trás desse quadro perturbador estão basicamente três fatores. Primeiro, a política macroeconômica que prevalece hoje — uma combinação de política fiscal fraca e uma política monetária rígida — é suicida. Segundo, o governo mostrou uma inabilidade acentuada para em-

A situação econômica atual do Brasil, e em particular o déficit do setor público, é claramente insustentável

Por que o Brasil não é o México — ainda

31 JUL 1996

GAZETA MERCANTIL

Sebastian Edwards *



preender uma reforma estrutural seria. E terceiro, a moeda se valorizou, desafiando a competitividade das exportações.

A atual política econômica no Brasil — em particular o déficit do setor público muito alto — é claramente insustentável. Assim, a questão-chave é se os ajustamentos necessários serão feitos a tempo, sem que se recorram a políticas antimercado que provocam distorções.

As últimas notícias chegadas do Brasil não são muito encorajadoras.

Melhorias significativas em algumas áreas foram ofuscadas por uma perda de controle crescente em outras. O relatório do Banco Central do dia 19 de julho indica que, até maio, o déficit fiscal operacional foi 3,1% do PIB, ante 1,6% para o mesmo período em 1995. Houve avanços no controle das finanças de empresas públicas — nos últimos quatro meses elas registraram um pequeno excedente operacional. Mas as finanças dos estados e municípios tiveram um déficit operacional de 2,5% do PIB nos primeiros cinco meses de 1996, um aumento em relação ao 1,5% registrado no mesmo período em 1995. Além disso, o crescimento da dívida líquida do setor público continua inabalável.

São igualmente preocupantes as ações do governo para corrigir o de-

seque equilíbrio econômico através de medidas como o indesejável restabelecimento de um imposto sobre o cheque; o aumento de tarifas sobre uma série de produtos importados (utilizando duvidosos argumentos anti-dumping) e aprovação de uma linha de crédito de US 1 bilhão para subsidiar os exportadores. Além disso, existem algumas indicações de que o governo deseja gastar os recursos da privatização, ainda não concluída, do conglomerado mineiro Companhia Vale do Rio Doce, em vez de aplicá-los na fundamental redução da dívida.

Uma solução permanente para a depressão econômica do Brasil exigirá a aprovação de reformas constitucionais administrativas. Isso permitirá ao governo federal e aos estados reduzir o número de funcionários no setor público a níveis razoáveis. O Congresso tem, porém, sistematicamente diluído os esforços de reformas mais sérias da Previdência Social e da administração. E, embora recentemente o governo tenha decidido utilizar mais amplamente o recurso dos decretos presidenciais para avançar com o processo de reformas, o que é positivo, isso não basta. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso deveria negociar a ajuda

federal para a reestruturação das dívidas municipais e estaduais, em troca do apoio desses estados no Congresso a reformas constitucionais-chave.

Quanto às exportações, o País também enfrenta dificuldades. Depois de um desempenho sólido em 1993 e 1994, o crescimento das exportações diminuiu. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas, o volume de exportações declinou em quase 3%, em 1995, e a tendência durante o primeiro trimestre deste ano foi de uma pequena melhora apenas.

Há duas causas fundamentais para essa perda de dinamismo na área de exportações. Primeiro, apesar de algumas reformas, o Brasil continua a ser uma economia altamente distorcida, onde os custos altos e os serviços de baixa qualidade — incluindo telecomunicações, energia e portos — não permitem que o setor privado explore integralmente as oportunidades da economia globalizada. Segundo, o fortalecimento da moeda prejudicou seriamente a competitividade das exportações brasileiras.

Gustavo Franco, um dos diretores do Banco Central, sustenta que os ganhos de produtividade no setor de manufatura mais do que compensaram o fortalecimento da moeda. A

verdade é que, de acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), do Rio de Janeiro, grande parte dos recentes ganhos de produtividade foi anterior ao Plano Real. Em 1993-1994, a produtividade no trabalho, no setor de manufatura, cresceu rapidamente a uma média de 10% por ano. Porém, em 1995, o primeiro ano completo em que vigorou o Plano Real, o nível de crescimento da produtividade no trabalho caiu de maneira significativa, para menos de 5%. De acordo com o IPEA, em alguns setores importantes, como os

de metalurgia, mecânica e têxtil, o crescimento da produtividade do trabalho foi negativo durante 1995.

O relatório do IPEA de março de 1996 sobre produtividade vai além, indicando que essa queda no crescimento da produtividade revela uma "tendência perigosa, uma vez que pode gerar um aumento nos custos trabalhistas unitários, o que poderá reduzir o potencial de penetração de mercado de nossas exportações". Reanimar o crescimento da produtividade é fundamental para o sucesso econômico do Brasil. Isso só será possível se o ritmo da reforma estrutural for agilizado e se recentes medidas que provocam distorções forem eliminadas. Porém, as eleições municipais em outubro e as ambições de reeleição do presidente Car-

doso podem ser um obstáculo a essas medidas políticas urgentes.

Alguns críticos do Plano Real têm argumentado que o Brasil deve abandonar sua política cambial atual e desvalorizar a moeda. Mas isso seria seguramente um grande erro. Ajustar mecanicamente a taxa de câmbio nominal para refletir a inflação passada, sem que isso venha acompanhado de mudanças nos fatores fundamentais — especialmente do ajustamento fiscal — cria inércia, distorções inflacionárias e, mais cedo do que se pensa, um declínio no crescimento econômico.

A seqüência em termos de políticas a serem implementadas afetará bastante o futuro econômico do Brasil. A

primeira, e mais urgente, da série de medidas deverá envolver a implementação de uma importante e duradoura correção fiscal, ao mesmo agilizando

significativamente os processos de reformas estruturais e de privatização. Apenas assim será possível amenizar um pouco a política monetária e pensar numa maior flexibilidade da taxa de câmbio. Nessa oportunidade, reformar a legislação trabalhista e melhorar a eficiência dos serviços sociais (particularmente educação e saúde) devem ser os objetivos centrais das autoridades.

* Professor de economia internacional da UCLA e autor do livro "Crise e Reformas na América Latina: do desespero à esperança" (Oxford University Press, 1995). Publicado originalmente no The Wall Street Journal.